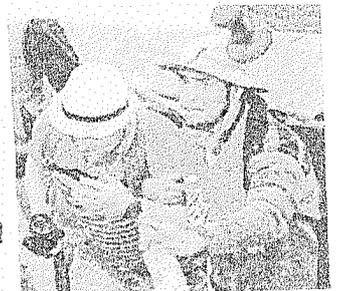
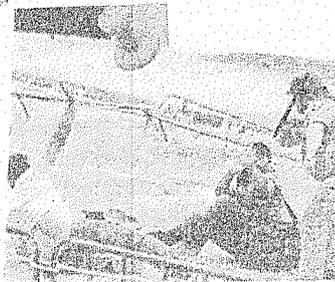


30 ABR 2015

TRIBUNA DO PARANÁ



Imagens falam por si. Ocupam o lugar de justificativas e desculpas pra uma tragédia que poderia ser evitada. Quem tinha poder pra isso, nada fez. Num plenário calmo e isolado, deputados aprovaram o que o governo queria. Lá fora, bombas, balas e borrachadas. O 29 de abril de 2015 ficará marcado na história como o dia em que a educação foi violentada de todas as maneiras possíveis no Paraná.

O que ensinar depois disso?

TRIBUNA DO PARANÁ 30 ABR 2015

BORRACHA

CONTRA GIZ

Confronto entre PM e professores deixa Centro Cívico praça de guerra e cerca de 200 feridos

Lucas Sarzi e Leilane Benetta
lucass@tribunadoparana.com.br
leilane@tribunadoparana.com.br

Um estouro após o outro, seguido de correria e desespero, foi o cenário do Centro Cívico na tarde de ontem. Policiais pareciam lutar com inimigo munido de armas com alto poder destrutivo, mas, do outro lado, havia uma categoria armada somente com a revolta. Durante a manifestação dos professores mais de 200 pessoas ficaram feridas.

A Polícia Militar estimou que cerca de 5 mil pessoas estavam na manifestação. A relação entre eles e policiais se manteve relativamente calma até o começo da tarde, depois de algumas confusões isoladas pela manhã. No entanto, o clima de tensão permaneceu constante, e a sensação era de que a bomba iria explodir a qualquer momento. E realmente explodiu, só que foram dezenas.

Próximo ao começo da sessão, perto das 14h30, o Centro Cívico virou praça de guerra. Por mais de uma hora, uma bomba de efeito moral seguida da outra era lançada em direção aos manifestantes, que recuavam. No intervalo em que os policiais interrompiam os lançamentos, os participantes voltavam a avançar e os estouros recomeçavam.

NUVEM

O gás se espalhou pela praça e muitas pessoas ficaram com os

olhos vermelhos e a respiração ofegante por conta do efeito. Muitos manifestantes usavam máscaras ou colocaram panos no rosto como forma de proteção. Além do cheiro forte, estilhaços das bombas deixavam as primeiras pessoas feridas.

Tiros de balas de borracha também foram usados para conter o avanço dos manifestantes. Os policiais não pouparam munição. Em troca, receberam pedras, que, de longe, não tinham nem metade do efeito das armas e bombas.

Como medida de segurança, o Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) Centro Cívico, que atende cerca de 150 crianças, fechou as portas. Os pais receberam contato e tiveram de buscar as crianças com urgência. Algumas delas passaram mal por causa do gás lacrimogêneo utilizado pelos policiais.

CHUVA

A trégua na guerra aconteceu por volta das 17h, depois que, insistentemente, os representantes da APP-Sindicato pediram aos policiais e ao secretário da Segurança, Fernando Francischini, que cessassem com os ataques. Em contrapartida, o sindicato orientou os manifestantes que parassem o enfrentamento.

A chuva amenizou o forte odor do gás das bombas, que ainda tomava conta da praça. Apesar disso, os professores se mantiveram em frente às barricadas e prometeram não arredar os pés.

MP recolhe imagens

Promotores de justiça estarão, a partir de hoje, na sede da Procuradoria Geral da Justiça, em Curitiba, colhendo informações, depoimentos, laudos e documentos, bem como recebendo fotos e vídeos sobre o ocorrido. O MP-PR já havia expedido recomendação ao Governo, à Secretaria de Segurança Pública e ao Comando-Geral da Polícia Militar para que a intervenção policial se limitasse a garantir a segurança dos manifestantes, excetuada a contenção de eventuais infrações penais, segundo nota divulgada pela entidade.

Vários órgãos divulgaram notas de repúdio ao ataque. A Prefeitura de Curitiba afirmou, pelo no Facebook, que a ação da Polícia Militar foi abusiva, bem como o cerceamento do direito de ir e vir. Lamentou os transtornos causados aos cidadãos. A Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Paraná disse que a democracia está em luto.

De acordo com a OAB-PR, a Polícia Militar deve agir para garantir a integridade da população, não executar o "massacre" que foi presenciado. Ao mesmo tempo, fez apelo para que a sessão da Alep fosse suspensa, o que não ocorreu. O procurador-geral de Justiça, Gilberto Giacoia, determinou procedimento para apurar as culpas pelo excesso na repressão das manifestações. (LS e LB)

30 ABR 2015

TRIBUNA DO PARANÁ

MUDANÇA

APROVADA

Deputados obedecem governo e projeto da Previdência passa na Assembleia

Mesmo com toda a violência ao redor da Assembleia Legislativa, a sessão de ontem não foi suspensa e os deputados estaduais aprovaram o projeto que muda a ParanaPrevidência. Foram 31 votos a favor das medidas propostas pelo governo estadual e 20 contrários. O texto também foi aprovado em redação final, em sessão extraordinária também realizada ontem, e agora segue para sanção do governador Beto Richa (PSDB).

Enquanto o barulho de tiros, bombas e gritos tomava conta das ruas do Centro Cívico, o clima também era tenso do lado de dentro da Assembleia, apesar das galerias vazias. Houve muito bate-boca e a sessão chegou a ser interrompida algumas vezes, mas o presidente da Alep, Ademar Traiano (PSDB), foi irredutível aos apelos para que os trabalhos fossem suspensos e encaminhou a votação até o fim, apesar dos protestos dos deputados da oposição.

QUE MUDA

Com a aprovação do projeto, 33.556 beneficiários com 73 anos ou mais serão transferidos do Fundo Financeiro para o Previdenciário. A estimativa do governo é que essas mudanças vão representar uma economia de R\$ 125 milhões por mês.

O Fundo Financeiro é bancado pelo governo estadual. Já o Previdenciário é composto por contribuições dos servidores estaduais. O governo afirma que serão preservadas todas as garantias dos funcionários públicos, e que os cálculos atuariais realizados pelos técnicos garantem a solvência do sistema por 29 anos.

Os sindicatos que representam os servidores alegam que a mudança compromete a saúde financeira da ParanaPrevidência e fará que, com o tempo, a instituição tenha mais a pagar do que a receber.

O projeto prevê que o Fundo Previdenciário receberá aporte de R\$ 1 bilhão a partir de 2021, com o reinício de repasse ao Estado dos royalties da usina de Itaipu.

Confira como cada deputado votou no projeto de lei da ParanaPrevidência

A FAVOR - 31

Alexandre Curi (PMDB), Alexandre Guimarães (PSC), André Bueno (PDT), Artagão Jr. (PMDB), Bernardo Ribas Carli (PSDB), Cláudia Pereira (PSC), Cobra Repórter (PSC), Cristina Silvestri (PPS), Dr. Batista (PMN), Elio Rusch (DEM), Evandro Jr. (PSDB), Felipe Francischini (SD), Fernando Scanavaca (PDT), Francisco Bühner (PSDB), Guto Silva (PSC), Hussein Bakri (PSC), Jonas Guimarães (PMDB), Luiz Carlos Martins (PSD), Luiz Claudio Romanelli (PMDB), Marcio Nunes (PSC), Maria Victoria (PP), Mauro Moraes (PSDB), Missionário Ricardo Arruda (PSC), Nelson Justus (DEM), Paulo Litro (PSDB), Pedro Lupion (DEM), Plauto Miró (DEM), Schiavinato (PP), Tiago Amaral (PSB), Tião Medeiros (PTB) e Wilmar Reichembach (PSC).

CONTRA - 20

Adelino Ribeiro (PSL), Ademar Bier (PMDB), Anibelli Neto (PMDB), Chico Brasileiro (PSD), Evandro Araújo (PSC), Gilberto Ribeiro (PSB), Gilson de Souza (PSC), Marcio Pacheco (PPL), Marcio Pauliki (PDT), Nelson Luersen (PDT), Nereu Moura (PMDB), Ney Leprevost (PSD), Palozzi (PSC), Pastor Edson Praczyk (PRB), Péricles de Mello (PT), Professor Lemos (PT), Rasca Rodrigues (PV), Requião Filho (PMDB), Tadeu Veneri (PT) e Terclício Turini (PPS).

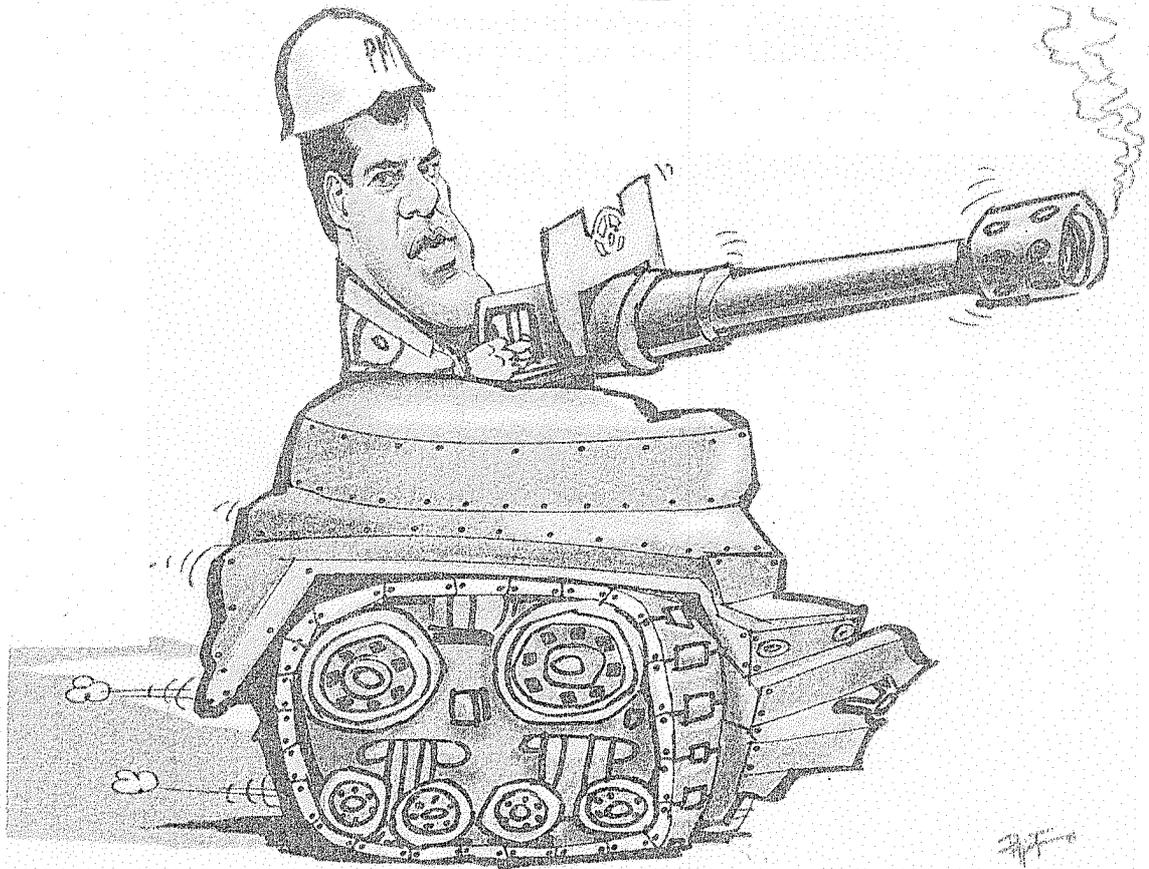
NÃO VOTARAM - 2

Cantora Mara Lima (PSDB) e Paranhos (PSC).

30 ABR 2015

GAZETA DO POVO

PAIXÃO



30 ABR 2015

GAZETA DO POVO

Batalha no Centro Cívico

O Executivo estadual não soube conduzir com a inteligência necessária uma situação que, desde o início, mostrava potencial para escapar do controle

Como todos temiam, o Centro Cívico virou uma praça de guerra na tarde de quarta-feira, dia 29, enquanto a Assembleia Legislativa votava o projeto de reforma da Parana Previdência. Professores e outros servidores públicos entraram em novo conflito com a Polícia Militar, que desta vez recorreu também a balas de borracha, e estimativas do início da noite de quarta-feira indicavam cerca de 200 feridos. O breve confronto de terça-feira, assim, foi uma espécie de prelúdio da vergonha levada a cabo nas proximidades da Alep e do Palácio Iguazu.

Por mais que, como mostramos no editorial desta quarta-feira, seja profundamente antidemocrática a atitude dos sindicalistas quando se mostram dispostos a fazer o que for possível para impedir uma sessão do Legislativo estadual, é preciso, sim, mostrar a responsabilidade do governo de Beto Richa neste episódio. Infelizmente, o Executivo estadual não soube conduzir com a inteligência necessária uma situação que, desde o início, mostrava potencial para escapar do controle. À atitude de um grupo que vinha disposto ao embate, o Executivo estadual respondeu, inicialmente, com a teimosia de quem buscava ver o projeto aprovado o quanto antes, quando o momento pedia mais debate e um esforço eficaz de comunicação. Foi essa mesma teimosia que, em fevereiro, gerou o antológico episódio em que deputados foram transportados para dentro da Assembleia Legislativa dentro de um camburão. Esperava-se que aquela lição tivesse sido aprendida, mas parece-nos que o governo a ignorou.

Assim foi construído o caldo de tensão que desembocou no confronto de quarta-feira. Mesmo que seja verdadeira a versão de que foram os professores a iniciar as hostilidades ao tentar derrubar uma grade, a reação da Polícia Militar mostrou-se claramente desproporcional. Se o objetivo do governo, ao colocar centenas de policiais isolando o Centro Cívico, era o de impedir a invasão da Assembleia Legislativa aos moldes do ocorrido em fevereiro, este objetivo estava sendo cumprido satisfatoriamente. A polícia deveria estar preparada para lidar com episódios pontuais de forma cirúrgica, mas o que ocorreu foi a generalização do conflito. Para piorar a situação, há registros de que a PM, em vez de se limitar a garantir que a Assembleia não fosse invadida, avançou sobre manifestantes que já estavam se dispersando, com os efeitos de sua ação sendo sentidos até em uma escola infantil das redondezas. A força policial se comportou como se estivesse em uma batalha na qual o exército vencedor avança contra o inimigo em fuga para garantir sua aniquilação, quando deveria primar pela segurança de todos e pela manutenção da ordem nas cercanias da Assembleia Legislativa.

Por fim, continuaram errando os deputados em sessão quando mantiveram os debates sobre o projeto da Parana Previdência apesar de haver uma batalha campal do lado de fora da Assembleia. Faltou sensibilidade para perceber a gravidade do momento. Pode até haver quem argumentasse que suspender a sessão significaria fazer o jogo dos sindicatos, que desejavam impedir a apreciação do projeto de lei. Mas já não era este o caso. A circunstância era extraordinária. Não havia a menor condição de seguir trabalhando normalmente enquanto dezenas de pessoas eram feridas do lado de fora, em um evento diretamente ligado ao que se desenrolava no plenário da Alep. A atitude mais sábia seria a de suspender a sessão e retomar o diálogo com a sociedade a respeito do projeto, mas ao mesmo tempo deixando claro que nenhum tipo de golpismo seria tolerado. Como dissemos na quarta-feira, o uso da força para impedir o funcionamento das instituições democráticas não pode ser tolerado, e o poder público não pode compactuar com agressões à democracia.

Por mais que os sindicatos tenham demonstrado suas intenções antidemocráticas em várias ocasiões, fica evidente que o governo estadual teve oportunidades de evitar os tristes episódios desta quarta-feira no Centro Cívico. Ao insistir em levar adiante o projeto da Parana Previdência apesar de todas as indicações de que tudo se encaminhava para o conflito aberto, ao permitir a truculência policial completamente desproporcional à ameaça apresentada pelos manifestantes, e ao não usar sua influência entre os deputados para suspender a sessão depois que a batalha campal já tinha deixado um saldo de muitos feridos, o governo se torna responsável por uma mancha na história paranaense, cuja superação exigirá muito esforço do Executivo.

30 ABR 2015

GAZETA DO POVO

Em cenário de guerra, deputados aprovam mudança na previdência

A votação do projeto de reforma da Parana-previdência transformou o Centro Cívico em campo de batalha. Policiais usaram balas de borracha, gás de pimenta e bombas de efeito moral para impedir a entrada de servidores na Assembleia Legislativa. Os confrontos deixaram mais de 200 feridos, na maior violência em manifestações já registrada no estado. No início da noite, os deputados governistas aprovaram em definitivo a proposta que será enviada para sanção do governador Beto Richa (PSDB). Foram 31 votos a favor e 20 contra.



Homem é carregado por grupo de servidores após ser ferido.



Professora passa mal durante o protesto no Centro Cívico.

CONTINUA

30 ABR 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Base governista ignora batalha campal e aprova lei da previdência



Atingido na boca e sangrando, vítima usa máscara cirúrgica.



Ferido por policiais militares recebe socorro de colegas.

CONTINUA

Alheios ao confronto que deixou 213 feridos, 31 deputados chancelaram projeto do governo

† *Euclides Lucas Garcia*

▮ Praça de guerra, batalha campal, cenário de terror. Adjetivos não faltam para descrever a tarde fria desta quarta-feira (29) no Centro Cívico, em Curitiba. Foram quase duas horas de confrontos entre manifestantes e policiais, com um saldo de 213 feridos.

Alheios a tudo que se passava do lado de fora do plenário da Assembleia Legislativa, os deputados governistas pareciam participar de mais um dia normal de sessão. Com exceção do líder do Executivo, Luiz Claudio Romanelli (PMDB), 30 parlamentares aliados permaneciam impassíveis em suas cadeiras, sorrindo e jogando conversa fora. No comando de todos eles, o presidente da Casa, Ademar Traiano (PSDB), afirmou apenas que “lá fora, o problema é da segurança pública, não da Assembleia”.

Amparado em uma decisão judicial que garantia a segurança do prédio e a realização dos trabalhos sem a presença dos servidores, o Legislativo tocou de forma ininterrupta cinco horas de discursos e votações em três sessões seguidas — uma ordinária e duas extraordinárias. No início da noite, os governistas finalmente conseguiram aprovar em definitivo o projeto de reforma da Parana Previdência, enviando-o para sanção do governador Beto Richa (PSDB).

“Aqui dentro, tínhamos clima para a votação. Externamente, a ação não cabia à Assembleia. Temos o direito de exercer o nosso mandato. A partir de agora, vamos seguir a vida em frente.”

Ademar Traiano, presidente da Alep.

“Não dá para dizer que representamos o povo num momento como este. Não sei se algum deputado vai para casa com a alma tranquila. Eu não vou. É o pior conflito da história do Paraná.”

Tadeu Veneri, líder da oposição.

Mundo paralelo

Iniciada por volta das 14h45, a sessão durou poucos minutos até que os primeiros estouros fossem ouvidos na Praça Nossa Senhora de Salette. De imediato, deputados da oposição deixaram o plenário em direção à rampa principal do prédio e pareciam não acreditar nas cenas de guerra.

De um lado, os manifestantes tentavam avançar em direção à Assembleia para impedir que os parlamentares da base aprovassem o projeto. Do outro, policiais militares divididos em uma série de barreiras respondiam com bombas de efeito moral, spray de pimenta e gás lacrimogênio. Um caminhão da tropa de choque ainda dispersava os servidores com jatos de água.

Temendo pelo pior, um grupo de oposicionistas tentou descer a rampa da Casa, mas foi contido por um cor-

dão da tropa de choque. Ao insistir em passar, Rasca Rodrigues (PV) acabou mordido no braço por um cão da PM. Os parlamentares, porém, voltaram do meio do conflito sem nenhum avanço, e os confrontos continuaram.

Do lado de dentro, apelos eram feitos a Traiano para que suspendesse a sessão. Sem desgrudar do telefone por meio do qual recebia informações dos acontecimentos na praça, o tucano manteve a sessão em andamento. E parecia ter o aval dos colegas governistas que, nem mesmo por curiosidade, deixaram o plenário para ver o que se passava lá fora. O único que demonstrava preocupação era Romanelli. Ao ser cobrado por algumas pessoas presentes na Casa, por “ser o representante do governo”, o peemedebista disse que defendia a suspensão da sessão, mas que a decisão não cabia a ele.

Os trabalhos transcorreram normalmente em meio a essa anormalidade sob protestos da oposição. Por volta das 18 horas, a Casa aprovou, por 31 votos contra 20 (veja infográfico), a proposta da previdência em segunda discussão, sepultando qualquer possibilidade de rejeição da matéria. A informação demorou a chegar, por meio de um caminhão de som, aos poucos manifestantes que ainda resistiam ao frio e à chuva que começou a cair no Centro Cívico.

Na sequência, ainda foram realizadas outras duas sessões para terminar de aprovar o projeto, decretando a vitória do Executivo. “Não houve vencidos nem vencedores. Perdeu a democracia do Paraná”, lamentou Nelson Luersen (PDT).

30 ABR 2015

GAZETA DO POVO

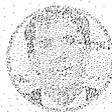
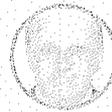
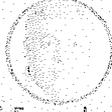
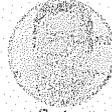
CONTINUAÇÃO

PLACAR

Veja como votaram os deputados estaduais, em segunda votação, no projeto de reforma da Parana Previdência.

31 A FAVOR



 Alexandre Curi PMDB	 Alexandre Guimarães PSC	 André Bueno PDT	 Artagão Jr. PMDB	 Bernardo Ribas Carli PSDB
 Claudia Pereira PSC	 Cobra Repórter PSC	 Cristina Silvestri PPS	 Dr. Batista PMN	 Elio Rusch DEM
 Evandro Jr. PSDB	 Felipe Francischini SD	 Fernando Scanavacca PDT	 Francisco Bührer PSDB	 Guto Silva PSC
 Hussein Bakri PSC	 Jonas Guimarães PMDB	 Luiz Carlos Martins PSD	 Luiz Claudio Romanelli PMDB	 Marcio Nunes PSC
 Maria Victoria PP	 Mauro Moraes PSDB	 Mis. Ricardo Arruda PSC	 Nelson Justus DEM	 Paulo Litro PSDB
 Pedro Lupion DEM	 Plauto Miró DEM	 Schiavinato PP	 Tiago Amaral PSB	 Tião Medeiros PTB
				 Witmar Reichembach PSC

CONTINUA

20 CONTRA



Adelino Ribeiro
PSL



Ademir Bier
PMDB



Anibelli Neto
PMDB



Chico Brasileiro
PSD



Evandro Araújo
PSC



Gilberto Ribeiro
PSB



Gilson de Souza
PSC



Marcio Pacheco
PFL



Marcio Pauliki
PUT



Nelson Luersen
POT



Nereu Moura
PMDB



Ney Leprevost
PSD



Palozzi
PSC



Pastor Edson Praczyk
PRB



Péricles de Mello
PT



Professor Lemos
PT



Rasca Rodrigues
PV



Requião Filho
PMDB



Tadeu Veneri
PT



Tercilio Turini
PPS

2 NÃO COMPARECERAM

NÃO VOTOU



Mara Lima
PSDB



Paranhos
PSC



Ademar Traiano
PSDB

*Como presidente, Ademar Traiano (PSDB) só vota em caso de empate.

ESSÊNCIA MANTIDA

A Assembleia manteve o teor do projeto da Parana Previdência, que trará economia mensal de R\$125 milhões ao governo do estado. Houve apenas quatro alterações ao texto:

APORTE

Se não se concretizar o aporte governamental previsto de R\$1 bilhão no Fundo Previdenciário com royalties de Itaipu, o caixa do Tesouro do estado cobrirá a diferença.

CONTRIBUIÇÃO

Para atingir 22% de contribuição patronal, o estado fará aportes de 1% sobre o valor mensal da folha do funcionalismo e de mais 1% a partir de 2031.

CONSELHEIROS

Incluiu associações de classe, além das entidades sindicais, como responsáveis por eleger os representantes dos servidores no Conselho de Administração da Parana Previdência.

REPRESENTATIVIDADE

Prevê que, dos quatro representantes do funcionalismo no Conselho de Administração, um seja do quadro próprio do Executivo, um das entidades que representam os militares e dois das entidades sindicais.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

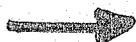
BETO RICHA

30 ABR 2015

OPINIÃO

Beto Richa, governador do Paraná.

Radicalismo e violência



Como democrata, cristão e cumpridor das leis, lamento profundamente os dramáticos incidentes ocorridos no Centro Cívico. Incidentes que tiveram sua origem na irresponsabilidade, na leviandade e no extremismo de grupos radicais estranhos à categoria dos professores paranaenses, inflamados por oportunistas que não respeitam e não honram o Poder Legislativo. Desde o início das negociações com representantes do funcionalismo sobre o plano de custeio da Parana Previdência, tenho me pautado de forma intransigente pelo diálogo, pedindo serenidade e ponderação a todos. Fizemos várias concessões ao fórum sindical de servidores, retirando alguns pontos do projeto original e contemplando diversas de suas propostas. O projeto do sistema previdenciário, elaborado por técnicos da Parana Previdência, não mexe em nenhum direito dos servidores. Ao contrário: garante a sustentabilidade

de atuarial e financeira do Fundo de Previdência no longo prazo.

As aposentadorias e pensões são um direito sagrado do servidor. Obrigação constitucional prioritária do poder Executivo, pela qual sempre vamos zelar.

Para salvaguardar o direito dos deputados de votar com a sua consciência e sem pressões, a Assembleia Legislativa solicitou as devidas garantias para a votação do projeto. Garantias que foram asseguradas por decisão do Poder Judiciário.

Infelizmente, grupos isolados de militantes políticos e black blocs, armados de pedras, bombas caseiras e barras de ferro, atacaram a força policial, que não teve alternativa senão se defender e garantir que os pudessem deputados cumprir com sua obrigação.

Há imagens comprovando quem tomou a iniciativa dos atos de barbárie. Lamento profundamente que pessoas inocentes, que participavam da mobilização de servidores, também tenham sido vítimas desses infelizes acontecimentos.

Tenho crença profunda de que a História mostrará que a razão está do lado do equilíbrio, daqueles que praticam a democracia, e não dos que irresponsavelmente provocam a desordem pública, destilam ódio e rezam pela cartilha do quanto pior, melhor.

CONTINUA

30 ABR 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

OPINIÃO

Direção Estadual da APP-Sindicato

29 de abril é dia para se recordar sempre

O que assistimos, nesta quarta-feira, foge a qualquer explicação ou análise política. Beira a insanidade. O que o governador Beto Richa, o secretário de Segurança Fernando Franscchini e o deputado Ademar Traiano fizeram, ao jogar policiais da tropa de choque contra o funcionalismo público – com balas de borrachas, sprays de pimenta, bombas de gás lacrimogêneo – é do tempo da ditadura, em que truculência e a violência varriam a todos que se manifestassem contrários ao regime. É inadmissível, em pleno estado democrático de direito, que cenas como essas aconteçam. É inadmissível que governos e legisladores eleitos democraticamente portem-se como ditadores e usem da ação violenta para impedir o povo de acompanhar as decisões parlamentares. É inadmissível que profissionais da educação sejam agredidos pela força policial. As cenas de hoje nos levam a perguntar: quanto vale a vida dos mais de 200 feridos, governador? Talvez R\$ 1,5 bilhão por ano? Pois é este montante que senhor terá ao

fazer os tais ajustes na previdência e, assim, contentar também, com benesse, os deputados que votaram a favor do PL 252/2015.

Quanto vale a dignidade dos parlamentares ligados aos mandos palacianos de Richa? Enquanto protagonizam no palco vazio da Alep o farsesco teatro da normalidade, na rua em frente professores são violentados pela truculência policial.

Quanto vale as decisões do sistema judiciário paranaense? Que, por certo, fazem a deusa Têmis tirar a venda por vergonha destas decisões, quase sempre favoráveis ao governo.

Repete-se, em pior grau, o 30 de agosto de 1988. Pior porque, em 88, estávamos ensaiando os primeiros passos da democracia após a ditadura. E no início da noite de ontem, uma nota lacônica e zombeteira do governo do estado atribui aos manifestantes a culpa pelos mesmos. A polícia, diz a nota (para espanto de todos que estavam na Praça Nossa Senhora da Salete), defendeu-se. Algozes viram vítimas para justificar agressões injustificáveis. As imagens mostradas ao mundo não deixam dúvidas de quem se defendia do quê.

Ao funcionalismo público, e em especial professores e funcionários de escola, a APP-Sindicato, garante que não recuará da defesa dos direitos da classe trabalhadora. Que seja luto, que seja memória, para não esquecermos jamais um governo insano e suas tiranias.

30 ABR 2015

GAZETA DO POVO

Embate entre a Polícia Militar e os servidores termina com 213 feridos

Três jornalistas também se machucaram. Governo informa que 20 PMs foram feridos

Katna Baran

As manifestações que precederam a votação final do projeto de reforma da Parana Previdência anunciavam momentos de tensão para esta quarta-feira (29). Mas nem os mais pessimistas imaginavam o estado de guerra que se formaria nos arredores da Assembleia Legislativa do Paraná (Alep) durante a votação do projeto. O resultado: 213 manifestantes feridos, segundo a prefeitura de Curitiba, e 20 policiais, segundo a Secretaria de Segurança Pública. Também houve três profissionais da imprensa na lista de feridos, vítimas de balas de borracha, estilhaços de bombas, spray de pimenta e gás lacrimogênio.

O número de feridos no confronto desta quarta-feira no Centro Cívico foi o dobro da manifestação de junho de 2013 que mais teve vítimas em todo o país, quando cerca de 100 pessoas se feriram num protesto em São Paulo.

Desde cedo

O clima era tenso desde a manhã entre policiais e manifestantes. Mas os ânimos se acirraram à tarde, quando manifestantes tentaram quebrar o cordão policial do entorno do prédio para invadir a Assembleia. A resposta foi rápida: os 1,6 mil policiais da operação começaram a dispersar os manifestantes.

A tentativa da PM era de adiantar o cerco para impedir qualquer avanço popular. Mesmo com os manifestantes recuando, a chuva de bombas de efeito moral e balas de borracha durou cerca de três horas, formando uma névoa no Centro Cívico. Entre os professores, havia relatos de bombas sendo jogadas de prédios públicos e de um helicóptero, deixando as pessoas encurraladas. “Corremos até o rio [Belém — atrás do Palácio das Araucárias], achando que estaríamos seguros, mas as bombas vinham de todos os lados”, afirmou o professor Jocemar Antônio Carlesso, do município de Dois Vizinhos.

À medida que o cerco avançava, mais feridos. A maioria foi encaminhada para o prédio da prefeitura de Curitiba (leia mais ao lado). Do caminhão de som, líderes do movimento tentavam contornar a situação, pedin-

do que os manifestantes recuassem e que a polícia parasse com a truculência. Eles também chamavam a atenção para o fato de que as crianças de uma creche localizada próxima ao local estavam sentindo os efeitos do gás lacrimogênio lançado na praça — os pais foram chamados para levá-las para casa.

Por volta das 17 horas, com a confusão controlada, os PMs pararam de avançar. Do carro de som, representantes do sindicato dos professores chamaram pelos feridos e pessoas perdidas. Durante cerca de uma hora, a praça virou um centro de atendimento médico e prestação de serviços. Logo depois, a notícia: o projeto de lei havia sido aprovado pelos deputados. Poucas vaias foram ouvidas no local. A maioria dos servidores já havia deixado o Centro Cívico.

GAZETA DO POVO

BETO RICHA

ENTREVISTA

Richa culpa black blocs e isenta polícia

30 ABR 2015

Beto Richa (PSDB),
governador do Paraná.

O governador Beto Richa (PSDB) disse nesta quarta-feira (29) que a culpa pela violência no Centro Cívico se deveu à ação de “arruaceiros” e que a polícia apenas reagiu para se proteger. Veja trechos da entrevista:

Como senhor viu os fatos de hoje?

É lamentável. Não dá para negar que temos algumas cenas chocantes, indesejáveis. Mas lamentavelmente a presença de baderneiros, arruaceiros, black blocs que radicalizaram, partiram para cima dos policiais. É uma defesa natural: eles reagiram para preservar sua integridade física e suas vidas. Temos hoje mais de 20 policiais feridos. E a determinação foi do Judiciário, para preservar a Assembleia Legislativa e a função dos deputados eleitos legitimamente para representar cada um dos paranaenses. Uma invasão à Assembleia novamente representaria uma afronta à democracia. E esses radicais acabaram buscando o confronto com os policiais.

Há várias críticas à atuação violenta da polícia. Na sua opinião houve excessos?

Sim, vamos apurar. Todos os relatos que recebi não dão conta disso. Mas podemos apurar, sim. Até porque insistentemente há dias eu peço controle, evitar ao máximo o confronto. E agressões então nem se fala. Agora, os filmes que eu assisti mostram agressões de manifestantes radicais, black bloc, chutando o calçamento

do Centro Cívico para tirar aquelas pedras de petit pavê, enchendo as mãos, atirando nos policiais. Uma pedra daquelas na cabeça mata na hora. Então, a reação que eu vi nos filmes que eu assisti, foi realmente de proteção das próprias vidas dos policiais. E vamos apurar, sim. Até porque qualquer excesso é condenável, de qualquer uma das partes.

O senador Alvaro Dias (PSDB) paga um preço alto até hoje por um confronto ocorrido com professores no governo dele. O sr. acha que esse episódio prejudica sua imagem?

Pode ser, mas eu não tenho medo. A minha popularidade pode oscilar, o que não pode oscilar é a coerência. Tenho responsabilidades com o estado do Paraná. E olhe, eu não fujo dessas responsabilidades. A obrigação de todo governante responsável não é ficar se preocupando o tempo todo em apresentar medidas simpáticas, populares que lhe garantam uma grande aprovação popular. Temos também que ter coragem quando se apresenta a situação de apresentar medidas impopulares, mas imprescindíveis para o futuro do Paraná e dos paranaenses. E é o que eu estou fazendo.

CONTINUA

30 ABR 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Para especialistas, ação teve falhas graves

André Gonçalves, correspondente

A tensão provocada pelo tamanho da operação, a falta de homogeneidade da tropa e a pressão dos superiores contribuíram para que o confronto de ontem no Centro Cívico acabasse com mais de 200 feridos. Especialistas em segurança pública entrevistados pela **Gazeta do Povo** apontam que o número, por si, mostra que a preparação não foi eficiente.

"Sempre que há tantos feridos é porque algo falhou", diz o ex-secretário Nacional de Segurança Pública e coronel da reserva da PM de São Paulo, José Vicente da Silva Filho. Segundo ele, se for confirmado que houve mais de duas centenas de manifestantes e policiais que precisaram de atendimento médico, o confronto no Centro Cívico atingirá uma marca muito superior a de todas as manifestações de junho de 2013 e da Copa de 2014.

No episódio mais violento de 2013 (dia 13 de junho, na Av. Paulista), pouco mais de 100 pessoas se machucaram. Pelas informações a respeito do conflito desta quarta (29), o coronel destaca que não é comum o uso de cachorros, prática que teria sido banida há anos no controle de multidões em São Paulo. "Não é adequado porque os cães se irritam." Silva Filho também destaca que a convocação de policiais de diversas cidades do interior pode ter afetado no padrão da operação. Segundo ele, treinamento e experiência pesam em momentos mais tensos.

Ex-coordenador-geral de Defesa

Institucional da Polícia Federal, o delegado Daniel Sampaio explica que a preparação para o acompanhamento de manifestações precisa ser eficiente em duas frentes — primeiro na etapa de negociação, depois na da operação em si. "A primeira diretriz é colocar uma equipe de gerenciamento de negociação muito forte. Por que há confronto? Porque houve uma progressão das atitudes, que é mais fácil de ser contida preliminarmente com diálogo."

Coordenador do Centro de Estudos em Segurança Pública e Direitos Humanos da UFPR, Pedro Bodê, avalia que o perfil do comando teve impacto no comportamento dos policiais. "É reflexo de uma cadeia: um governador que não teve constrangimento em permitir o cerco da Assembleia, um secretário de Segurança conhecido pela truculência", afirmou.

Bodê vê, por trás da ação policial, uma "orquestração" de todas as esferas públicas de poder para o uso da polícia em seu favor e contra o direito de manifestação.

"Nesse modelo, a polícia nada mais é do que a guarda pretoriana do governador. E a polícia que é muito boa para reprimir protesto não consegue colaborar para reduzir a criminalidade."

Também especialista em segurança pública, o cientista político da Universidade de Brasília Antonio Flávio Testa destaca que há um despreparo histórico para conter as manifestações no país. "Até 2013 havia aquela ideia dos tempos da ditadura, só da pancada. Começou a haver algo mais elaborado quando houve aquele susto na Copa das Confederações e percebermos que poderíamos passar vergonha na Copa."

"Infelizmente, nos encontramos de novo nesse cenário de guerra."

Taysa Junkes, professora de História

"A gente falava para os policiais: nos podíamos ser filhos de vocês!"

Emilia Perez, estudante de graduação em História, com um ferimento na perna

"Corremos até o rio [Belem — atrás do Palácio das Araucárias], achando que estaríamos seguros, mas as bombas vinham de todos os lados."

Jocemar Antonio Carlessio, professor de Direito

"Nosso estado é administrado por ditadores."

Fátima da Luz, servidora pública

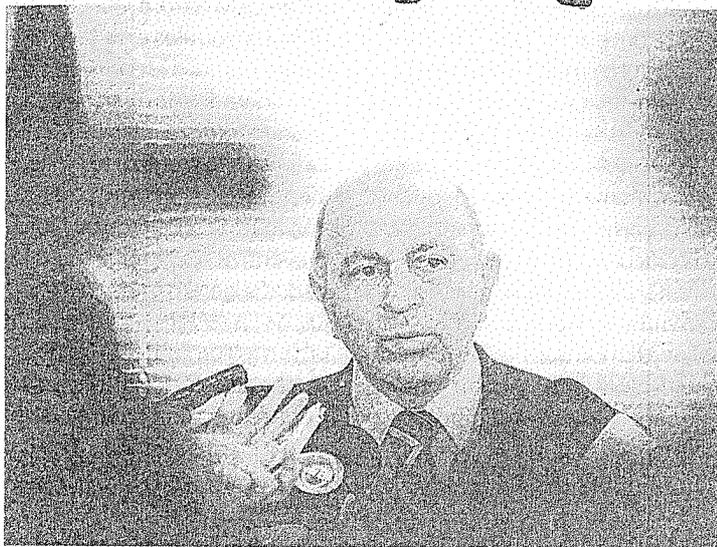
"Acabei levando um golpe a cassetete na mandíbula e duas bombas estouraram nas minhas pernas."

Eyrimar Bentot, professor de História

30 ABR 2015

GAZETA DO POVO

MP quer saber se houve excesso por parte da PM



Gilberto Giacoia, procurador-geral do MP, instaurou investigação.

Da Redação

O Ministério Público do Paraná (MP-PR) vai instaurar um procedimento para investigar se houve excesso por parte da Polícia Militar (PM) na “repressão das manifestações públicas ocorridas nesta quarta-feira (29), nas imediações da Assembleia Legislativa do Paraná”. A determinação partiu do procurador-geral de Justiça, Gilberto Giacoia.

O MP informa que, já na terça-feira (28), havia recomendando ao governo do

estado, por meio da secretaria de Segurança Pública e da própria Polícia Militar, prudência e que “a intervenção policial se limitasse a garantir a segurança dos manifestantes, excetuada a contenção de eventuais infrações penais”, diz a nota oficial divulgada na quarta pelo órgão.

Giacoia determinou que os promotores de Justiça Paulo Sérgio Markowicz de Lima e Maurício Cirino dos Santos ficarão encarregados da investigação, que terá início já na manhã desta quinta-feira (30).

MANIFESTAÇÃO

Em nota, OAB ressalta “repúdio” ao uso da violência pela polícia

A Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Paraná (OAB-PR), divulgou nota na quarta-feira (29) em que repudia a estratégia usada pela Polícia Militar (PM) para impedir os manifestantes de terem acesso à Assembleia Legislativa do Paraná – os deputados aprovaram a reforma da Parana Previdência, revoltando especialmente os professores.

“A OAB-PR repudia veementemente o uso de violência no confronto entre a Polícia Militar e os manifestantes contrários às mudanças do regime previdenciário do Estado (...). A Polícia Militar deve agir para garantir a integridade da população, não para executar o massacre que se presencia no momento”, diz determinado trecho da nota, que é completada com recado direto para o Ministério Público. “A truculência já resulta em feridos. Basta! Exige-se do Ministério Público do Estado a imediata apuração das responsabilidades sobre esses lamentáveis episódios”, encerrou a OAB-PR.

Richa e o Baile da Ilha Fiscal

Como se estivesse participando do Baile da Ilha Fiscal, o governador Beto Richa dançou ontem sua última valsa. Dividiram com ele o salão festivo os secretários da Segurança Pública, Fernando Francischini, e da Fazenda, Mauro Ricardo da Costa, além do maestro que dirigiu os últimos acordes de uma orquestra mambembe, o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Ademar Traiano. Fora do salão, o foguetório não era comemorativo: eram bombas e balas disparadas pelos organizadores da festa contra os que não foram convidados.

O Baile da Ilha Fiscal — contam os livros de história — foi a grande festa promovida pelo imperador dom Pedro II em novembro de 1889, dias antes de ser enxotado para Portugal, junto com a família real, para amargar o exílio e para nunca mais voltar à terra que governou por meio século. Decretava-se o fim da Monarquia, iniciava-se a República proclamada pelos marechais.

A partitura da música que embalou os festeiros desta quarta (29) foi o projeto gestado na secretaria da Fazenda, nos gabinetes do Palácio Iguazu e, finalmente, aprovado pela Assembleia.

Transformada em lei, a medida põe na conta da Parana-previdência R\$ 125 milhões por mês para pagamento de aposentados e pensionistas que nunca contribuíram para o fundo previdenciário. A perspectiva que se cria é a de que os recursos da instituição tendem a se exaurir em menor prazo e, portanto, não suportem a massa crescente de novos aposentados, em prejuízo dos que contribuíram a vida inteira para a formação do fundo.

Em compensação, o caixa do governo deixa de despende estes R\$ 125 milhões mensais — aliás, retroativos a janeiro passado, o que já significa que cerca de R\$ 500 milhões podem ser pilhados imediatamente do cofrinho recheado exclusivamente com a poupança dos servidores. É isso que fez transformar em alegria o falso sentimento de tristeza que os governantes demonstravam diante do buraco em que jogaram as contas públicas estaduais nos últimos anos.

É absolutamente compreensível, portanto, que os servidores tenham se mobilizado para impedir a votação a toque de caixa. Queriam mais debate em torno do projeto. E por isso se concentraram no Centro Cívico entre cinco mil e dez mil pessoas — com a possibilidade de, outra vez, cometerem a insanidade de invadir o plenário, como aconteceu em 12 de fevereiro.

Claro que a Assembleia deveria se proteger. Natural que apelasse à Justiça para que fosse autorizada a força policial não só para conter possível tentativa de depredação das instalações, como, também, para assegurar a integridade física dos deputados e o livre exercício da função parlamentar. Isto é, não se discute o direito constitucional de o Legislativo fazer uso dos meios cabíveis e razoáveis para garantir a própria segurança.

O problema está no uso desproporcional da força. O direito de manifestação popular faz parte da democracia; o direito à vida e à integridade física dos manifestantes é tão inalienável quanto o de qualquer um. O direito de usar pacificamente os espaços públicos (não estamos falando de dependências do poder público, como, por exemplo, o plenário da Assembleia) deve ser igualmente não só permitido como protegido.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

30 ABR 2015

No entanto, o que se viu nesta quarta, enquanto rolavam as contradanças no interior da Assembleia, foi uma premeditada e bem planejada operação de batalha campal, da qual resultaram pelo menos 200 feridos por disparos de balas de borracha, canhões de água, cassetetes, sem contar os milhares que sofreram os efeitos das bombas de gás lacrimogêneo e borrifadas de spray de pimenta.

Havia black blocs infiltrados? É possível. Quantos? Foram identificados e presos? O deputado Rasca Rodrigues (PV), mordido por um cão de ataque na rampa da Assembleia, seria um black bloc enrustido? As crianças de uma creche situada atrás do prédio da prefeitura, retiradas às pressas sob o efeito do gás por mães desesperadas, também ofereciam perigo? Seriam perigosos militantes de grupos terroristas os 200 feridos (alguns em estado grave) abrigados no subsolo da prefeitura improvisado em ambulatório e dali encaminhados para hospitais e postos de saúde do município?

A quem se deve tais excessos? Talvez se deva buscar na vida pregressa do secretário da Segurança, comandante-em-chefe das operações, sinais reveladores do que aconteceu no Centro Cívico. Sem dúvida, deve ter recebido aplausos do governador Beto Richa, para quem a violência policial foi praticada apenas contra vândalos e baderneiros — certamente, em grande parte, travestidos em professoras e idosos aposentados.

O baile de 1889 acabou mal para o imperador. Acabou bem para o governador?

GAZETA DO POVO

EGON BOCKMANN MOREIRA

30 ABR 2015

O horror, o horror...

Com esta sentença, Marlon Brando tornou célebre a personagem do capitão Kurtz, no filme *Apocalypse Now*, de Coppola (uma versão cinematográfica do clássico *O coração das trevas*, de Joseph Conrad). Pois foi justamente esta imagem que me veio à mente quando li a notícia — e vi as fotos — do violento confronto entre manifestantes e forças públicas, nos arredores da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Horas de batalha campal das forças institucionais e de pessoas que protestavam contra a votação de uma lei que pode lhes trazer prejuízos financeiros (além do modelo de Estado que está por detrás dela); quase duas centenas de pessoas feridas; manifestantes atribuindo à violência policial a responsabilidade pelo transtorno; governo imputando-a à “irracionalidade” dos manifestantes. Tudo isso em pleno Centro Cívico (construído para celebrar o civismo), em ruas rodeadas por prédios em que servidores públicos — eleitos, comissionados e efetivos — são pagos para desenvolver os melhores esforços em favor da coisa pública (a *res publica*).

Há algo de muito errado nos ares do Centro Cívico quando o Estado volta-se contra seus constituintes, com armas em punho; quando os legisladores eleitos rechaçam os seus eleitores; quando os manifestantes não poupam qualquer agressividade. O horror, o horror... o horror tem um rosto, segundo o capitão Kurtz, mas impede que o julguemos. Quando a civilização abdica de suas condições primárias de vida social e vê o homem reduzido ao papel institucional de agressor ou de agredido, algo de muito errado está em curso.

Ora, os sinais que a rua nos envia desde 2013 são razoavelmente claros para quem se dispuser a dedicar o seu tempo a eles. Nem precisamos gostar desses sinais, tampouco concordar com eles, mas fato é que são nítidos e fortes demais para serem ignorados.

O barulho é muito alto e vem de diversas fontes, a indicar que nossos modelos de Estado e de relacionamento público-privado estão a desmoronar. Esse afastamento violento de perspectivas é próprio de momentos de aceleração do ritmo histórico. Porém, não ocorrem num *big bang*, como se o tempo passado e as conquistas civilizacionais pudessem ser simplesmente ignoradas e substituídas por força bruta. Quando o Estado bate nos seus, naqueles que são a sua razão de ser e a quem deve servir, não há alternativa senão a de pensar seriamente a respeito do que se passa — e como conter essas cenas de barbárie.

O horror, o horror... É preciso, urgentemente, que reflitamos a propósito dessa grave inversão de valores. Algo está muito errado no trato da coisa pública. Algo está muito errado no nosso modelo de constitucionalismo e no manejo das forças institucionais. Está na hora de mudanças radicais.

Egon Bockmann Moreira, advogado e doutor em Direito, é professor da Faculdade de Direito da UFPR.

30 ABR 2015

GAZETA DO POVO

Previdência é dor de cabeça antiga para o estado

Problemas de caixa fizeram com que diversos governos deixassem de capitalizar o caixa previdenciário

| Amanda Audi

Apesar de toda a polêmica envolta na aprovação das mudanças da Parana-previdência, que deixou servidores mobilizados por mais de dois meses, os problemas com o pagamento de aposentados e pensionistas do estado já vêm há tempos. E são tema de preocupação de mais de 107 mil paranaenses que atualmente recebem o benefício — número que tende a crescer exponencialmente nos próximos anos com o aumento da expectativa de vida.

Criada em 1998, durante o governo Jaime Lerner, a previsão era de que a Parana-previdência conseguisse ser autossuficiente em 35 anos, ou seja, em 2033. Ao longo dos anos, porém, os governos deixaram de cumprir parte de suas obrigações e a cobrança de inativos também ficou cancelada por parte do tempo.

Roberto Requião (PMDB) isentou os inativos dessa contribuição em 2003, que foi retomada parcialmente em

2015 (só pagam a contribuição os que recebem acima de R\$ 4,7 mil mensais). Há três anos, o rombo (diferença entre o que se tem e o que seria necessário para pagar os benefícios futuros) foi calculado em R\$ 7,3 bilhões.

Em 2012, Beto Richa (PSDB) estabeleceu um novo plano de custeio para contornar o problema. Sem cobrar dos inativos, a lei de 2012 aumentava o percentual de contribuição cobrado dos funcionários ativos de 10% para 11% do salário. O Executivo depositaria, como contrapartida, o mesmo valor pago pelos funcionários.

Logo as mesmas falhas voltaram a se repetir e o governo deixou de depositar pelo menos R\$ 600 milhões da parte que lhe cabia. Menos de três anos depois, o governador admitiu que o modelo era falho. “Não conseguimos mais honrar os compromissos”, disse Richa em fevereiro deste ano.

Com o governo estadual em crise, os fundos previdenciários foram vistos como a “salvação” das finanças do estado. Em fevereiro, o governo apresentou o primeiro projeto para ajustar a previdência. Mais agressiva que o projeto aprovado nesta quarta-feira (29), a primeira versão sugeria a fusão de fundos previdenciário e financeiro, que pagam os benefícios de aposentados até 2004 e depois de 2004. Na prática, permitiria

ao governo pagar aposentados hoje com recursos da “poupança” guardada para o futuro. A estimativa é que os recursos durariam três anos.

O novo formato apresentado pelo governo e aprovado pelos deputados repassa para o fundo previdenciário apenas os pagamentos de 33,5 mil servidores com mais de 73 anos, completados até o próximo dia 30 de junho, que eram pagos pelo Tesouro estadual. A alteração permitirá uma economia de R\$ 125 milhões por mês. Nesse plano, a solvência do sistema é garantida por 29 anos.

O idealizador da Parana-previdência, Renato Follador, disse nesta quarta que a mudança aplicada por Richa “não é a ideal”, porque gasta “recursos que deveriam ser absolutamente preservados” para resolver o problema imediato de caixa do governo.

30 ABR 2015

GAZETA DO POVO

Chefe da organização suspeita de fraudar a Receita se entrega

¶ Foragido há 40 dias, o auditor fiscal Márcio de Albuquerque Lima, ex-inspetor-geral de fiscalização da Receita Estadual se apresentou nessa quarta-feira (29) à tarde no 6.º Distrito Policial de Londrina — ele deveria passar a noite na Penitenciária Estadual da cidade. O auditor se entregou na mesma tarde em que todas as atenções estavam voltadas para a chamada “Batalha do Centro Cívico”, em que policiais militares entraram em confronto com manifestantes contrários à reforma da previdência estadual na região da Assembleia Legislativa.

Lima é considerado o líder do que Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) chama de “organização criminosa”, grupo formado por auditores fiscais, contadores e empresários para favorecer a sonegação fiscal em troca de propina. Entre outras relações políticas, o auditor preso era companheiro do governador Beto Richa (PSDB) em provas de automobilismo, como a tradicional 500 milhas de Londrina.

A informação da prisão foi confirmada no começo da noite de quarta pelo advogado de Lima, Douglas Maranhão. Já Ana Paula Lima, esposa do auditor e que também é investigada pela

Operação Publicano, não se apresentou à polícia. “Ele entendeu que era a hora de se apresentar, comunicou que queria se apresentar e seguiu o procedimento padrão”, explicou o advogado. A reportagem apurou que Lima chegou ao presídio de boné e sem algemas.

Outros fatores podem ter contribuído para a apresentação voluntária: Lima completaria 30 dias sem trabalhar nessa quarta e poderia responder processo por abandono de emprego. Além disso, o mérito do pedido de habeas corpus dele está para ser julgado no Tribunal de Justiça (TJ) — o pedido foi negado liminarmente.

30 ABR 2015

GAZETA DO POVO

Sabatina de Luiz Edson Fachin no Senado é adiada

Diante de questionamentos de senadores tanto da base quanto da oposição, a sabatina do advogado Luiz Edson Fachin, indicado para a vaga no STF, foi adiada e deve acontecer somente no dia 13 de maio. A reunião de quarta-feira, na qual o relator do processo, senador Álvaro Dias (PSDB-PR), deu parecer favorável ao nome de Fachin, pode ser vista como uma demonstração da dificuldade que o jurista enfrentará para passar pelo escrutínio dos senadores.

Dias afirmou que Fachin tem um currículo que demonstra "notório saber jurídico e reputação ilibada."

Empreiteiros deixam prisão; Vaccari quer usar tornozeleira

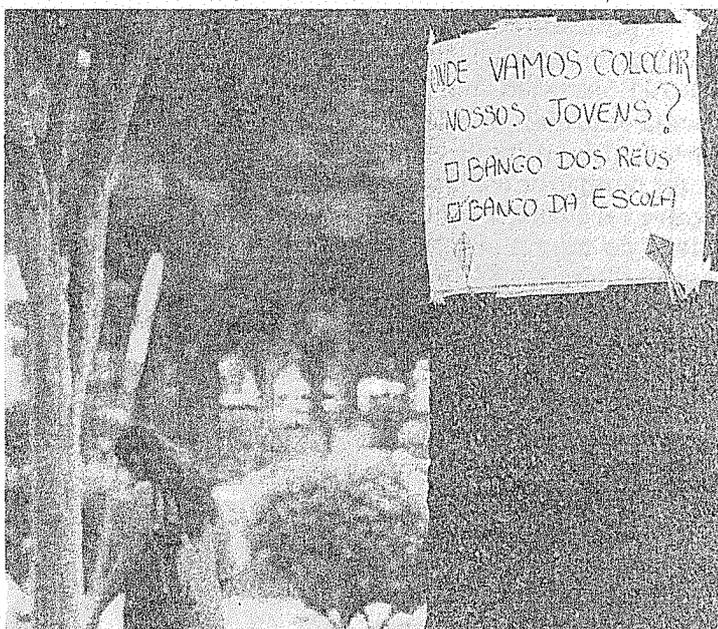
Após decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de conceder prisão domiciliar a nove empreiteiros investigados na Operação Lava-Jato, a Justiça Federal autorizou eles a deixarem a prisão. Os nove empresários foram liberados na quarta-feira, usando tornozeleiras eletrônicas. O ex-tesoureiro do PT João Vaccari Neto também pediu revogação da ordem de prisão preventiva. Na ação, seus advogados sugerem a Sérgio Moro – juiz da Lava-Jato – a adoção de uma medida cautelar, "especialmente aquela que dispõe sobre a concessão de liberdade vigiada por meio de tornozeleira".

30 ABR 2015

GAZETA DO POVO

Grupo usa as praças contra a redução da maioridade penal

Aniele Nascimento/Gazeta do Povo



Campanha espalhou cartazes na região da Praça Santos Andrade.

Raphael Marchiori

A Praça Santos Andrade, no centro de Curitiba, amanheceu na quarta-feira (29) decorada com cartazes nas cores roxo e laranja. As peças fazem parte de uma campanha nacional contra a redução da maioridade penal. O movimento, "Amanhecer contra a redução", foi criado no Rio de Janeiro para discutir a proposta de diminuição da maioridade penal de 18 para 16 anos. O tema é objeto da PEC 171/93, que tramita no Congresso.

Segundo as páginas da campanhas nas redes sociais, mais de 300 praças de 23 estados receberam a decoração da campanha. Em Curitiba, um grupo no Facebook que reúne mais de 400 usuários postou fotos dos cartazes e convocou a sociedade para ajudar a difundir os argumentos contrários à redução da maioridade penal. Na noite de terça-feira (28), o grupo já havia se reunido na mesma Praça Santos Andrade para confeccionar os cartazes e definir os locais onde eles seriam afixados.

O tema é polêmico e as recentes manifestações contra o governo Dilma Rousseff mostraram que parte da população defende uma mudança no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Pesquisa do Datafolha no dia 15 de abril mostrou que 87% dos brasileiros são a favor da redução da maioridade penal e que apenas 11% são contrários a essa mudança. Os demais se mostraram indiferentes ou não souberam responder.

A ideia da campanha "Amanhece contra a redução", segundo seus organizadores, é dialogar com a população e mostrar que esse caminho não é a solução. Em um dos cartazes afixados na Praça Santos Andrade, eles perguntam se a sociedade prefere colocar a juventude no banco da escola ou no banco dos réus.

O movimento é inspirado na campanha uruguaia *No a la baja*, que conseguiu, no ano passado, mudar a opinião pública sobre a redução da maioridade penal naquele país. No Brasil, a ideia começou entre os cariocas e se espalhou para outras cidades por meio de convocações em redes sociais. Ao todo, nos 23 estados, cerca de 1200 pessoas se inscreveram pela internet para participar da ação.

A PEC da redução da maioridade penal, apresentada em 1993, teve sua admissibilidade aprovada no último dia 31 de março, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara. A proposta deverá, ainda, ser votada pelo plenário da Câmara e pelo Senado.

30 ABR 2015

GAZETA DO POVO

O professor Fachin continua merecedor do STF

ARTIGO

JONEL CHEDE, ex-presidente da Associação Comercial do Paraná, é membro do Fórum Permanente Futuro 10 Paraná e presidente do Movimento Pró-Paraná

O Movimento Pró-Paraná, entidade de integração e relações institucionais do Paraná, lembra que desde 2009 colocou-se intransigentemente em defesa da indicação do professor Luiz Edson Fachin para o elevado cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal. Nossa instituição nunca esmoreceu, lutando em favor do pleito quando surgiam vagas e tornou-se vitoriosa, com justiça e sabedoria, quando a presidente Dilma deliberou destinar a Fachin a cadeira deixada disponível por Joaquim Barbosa.

Contempla-se o Paraná e repete-se o feito ocorrido no passado na pessoa do saudoso ministro Ubaldino do Amaral, na Primeira República, de ter lídimo paranista na egrégia corte. Trata-se de

uma escolha postergada, mas sempre merecida, diante da somatória de virtudes do futuro novo ministro Fachin, reconhecida finalmente. A indicação é precisamente fruto de seu inigualável e notável saber jurídico – ele sustentou a criação de novas e importantes leis em vigor, regulando a vida privada, com tutela do patrimônio mínimo familiar e o direito da paternidade sócio-afetiva – valorizando sobremaneira a dignidade humana.

Cordial, culto, humilde e honesto, demonstra-se sempre disponível ao interesse público e na prática da justiça em prol do cidadão. Detentor de vastíssimo currículo profissional e de vida, Fachin domina carismático dom de conquistar muitos amigos, tornando-os seus fiéis escudeiros. Rompeu nossa crônica autofagia, evidenciada pela unanimidade de apoios recebidos no universo pessoal dos paranaenses, em parceria com toda a representatividade política de nosso estado em Brasília, que permanece vigilante – emblematicamente em simbólica única sigla partidária – e que sedimentará de vez a feliz e oportuna indicação.

Será uma conquista exem-

plar, que nos revigora o entusiasmo para lutar mais pelas nossas causas, como o verdadeiro mar territorial do Paraná; o Tribunal Regional Federal do Paraná, com sede em Curitiba; a modernização de nossos modais viários; maior autoestima ao Paraná; e a almejada há quase duas décadas reforma política e eleitoral, que volta à tona para ser reformulada e melhorada pelos anseios dos eleitores. Hoje, quando vamos votar nos solidarizamos com as propostas de candidatos, que, após a eleição, são modificadas ocasionando enormes decepções e aborrecimentos a seus eleitores. Dezenas e dezenas de questões têm de ser discutidas e aprimoradas com o objetivo de atualizar e normalizar o bem-estar necessário de uma democracia madura, com verdadeira estabilidade social, econômica, política, familiar e cultural para engrandecer o Brasil,

Fiquemos certos de que o professor Fachin, paranista de coração e oriundo da advocacia, soma outras tantas virtudes em estilo próprio. Disponibilizar-se-á por inteiro em prol das causas de âmbito nacional e regional, quando no exercício da cadeira de ministro da mais alta Corte de Justiça do país. Far-se-á ainda mais altaneiro, como se formam as majestosas copas de nossas araucárias, para o orgulho da população de todos os nossos rincões. Valeram, e mais valerão, todos os nossos esforços!

30 ABR 2015

GAZETA DO POVO

Decisão do STJ sobre o ICMS na base de cálculo do PIS e da Cofins

ARTIGO

GEROLDO AUGUSTO HAUER, sócio-fundador, G.A.Hauer Advogados Associados (geroldo@gahauer.com.br). Colaboração, Marcelo Marques Munhoz, G.A. Hauer Advogados Associados

Como informado recentemente nesta coluna, a discussão a respeito da inclusão de tributos na base de cálculo do PIS e da Cofins está longe de ter um fim. Todavia, recentemente o STJ deu ganho de causa aos contribuintes no julgamento do Agravo Regimental no Recurso Especial 593.627.

Tal decisão contraria o entendimento anterior do próprio STJ de mais de 20 anos, que estava sedimentado no sentido do reconhecimento de que a parcela relativa ao ICMS incluía-se na base de cálculo do PIS e da Cofins, nos termos das Súmulas 68 e 94, ambas do próprio STJ.

O novo entendimento adota o posicionamento do STF, que, no julgamento do Recurso Ex-

traordinário 240.785, concluiu que “a base de cálculo da Cofins somente poderia incidir sobre a soma dos valores obtidos nas operações de venda ou de prestação de serviços. Dessa forma, assentou que o valor retido a título de ICMS não refletiria a riqueza obtida com a realização da operação, pois constituiria ônus fiscal e não faturamento”.

Não obstante a existência da repercussão geral no Recurso Extraordinário 574.706 e na Ação Declaratória de Constitucionalidade 18, que suspenderia o julgamento das ações cujo objeto seja a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins, o Recurso Extraordinário 240.785 acabou sendo julgado em novembro passado.

Para o ministro Marco Aurélio, relator do recurso, a posteriorização do julgamento do caso no STF traduzia quadro que gerava perplexidade e desgastava a instituição que é o Supremo, pois, além de a apreciação do processo ter tido início em setembro de 1999, a suspensão do julgamento das demais demandas estaria sem eficácia desde setembro de 2010, data da última prorrogação da validade da liminar concedida pelo

Plenário do STF em medida acauteladora.

Assim, parece estar se definindo a questão no sentido de que a parcela correspondente ao ICMS pago, por se constituir receita do Estado-membro ou do Distrito Federal, não tem natureza de faturamento ou receita, mas de simples ingresso financeiro, não podendo compor as bases de cálculo do PIS e da Cofins.

Mas a Fazenda Nacional certamente não medirá esforços para tentar reverter tais entendimentos favoráveis aos contribuintes e evitar o trânsito em julgado das decisões do STJ, já que os valores envolvidos em relação ao tema são estimados pela Receita Federal em R\$ 250 bilhões. Para tanto, conta com o fato de alguns ministros do Supremo já terem se aposentado, podendo os que os substituíram ter entendimento favorável ao Fisco.

Paralelamente e como recentemente noticiado, também em uma tentativa de manutenção da exigência, foi editada a Lei 12.973/2014, que o artigo 12 do Decreto-Lei 1.598/77, que passou a estabelecer que na receita bruta incluem-se os tributos sobre ela incidentes.

Porém, a conclusão da questão depende do posicionamento definitivo do STF no julgamento da Ação Direta de Constitucionalidade 18 e do Recurso Extraordinário 574.706-PR, com repercussão geral reconhecida, os quais devem balizar as decisões nos demais processos sobre a matéria.

30 ABR 2015

FOLHA DE LONDRINA

Cenas de guerra: PM usa bomba e bala de borracha contra servidores

Cerca de 200 pessoas são feridas no Centro Cívico durante ato contra aprovação do projeto da Parana Previdência

*Prefeitura de Curitiba virou
'hospital improvisado' para
atender os feridos*

Andréa Bertoldi
Reportagem Local

Curitiba - O Centro Cívico se transformou ontem em uma praça de guerra. Segundo informações da Prefeitura de Curitiba, mais de 200 pessoas ficaram feridas durante o conflito entre tropas da Polícia Militar e professores e servidores estaduais que se manifestavam em frente à Assembleia Legislativa contra a aprovação do projeto de lei que altera a Parana Previdência, proposto pelo governo Beto Richa (PSDB). Cerca de 150 feridos foram atendidos em 12 ambulâncias. Outros 63 feridos foram encaminhados para Unidades de Pronto Atendimento. O Hospital Cajuru recebeu 36 pacientes, e o Hospital do Trabalhador, outros sete feridos. Segundo o governo do

Estado, 40 manifestantes ficaram feridos e outros 20

policiais. Um cinegrafista da TV Bandeirantes foi mordido por um pitbull da Tropa de Choque.

Por volta das 15 horas, os manifestantes tentaram transpor a primeira barreira de policiais que impedia a entrada na Assembleia Legislativa e houve confronto. A partir deste momento, foram disparadas bombas de gás lacrimogênio e balas de borracha contra os manifestantes. O disparo de bombas durou uma hora e meia e só se encerrou por volta das 16h30, quando os professores recuaram um pouco do cordão de isolamento e se concentraram mais na área da Prefeitura de Curitiba. A cada passo que os manifestantes davam para tentar avançar novamente em direção à Assembleia Legislativa, mais bombas eram lançadas. Os policiais também usaram jatos de água.

Antes do início do conflito, os manifestantes gritavam

palavras de ordem como "retira ou rejeita" o projeto que alteraria as regras da Parana Previdência. O volume de bombas atirado contra os manifestantes foi muito grande, mas a Polícia Militar não soube informar o número exato. A confusão era tão grande que nem ambulâncias conseguiram passar para atender os feridos. Depois de cerca de 15 minutos de bombardeio, os dirigentes sindicais que estavam no carro de som gritavam "Chega governador! Não estamos armados." A todo momento os manifestantes xingavam o governador de covarde. No início da noite, os manifestantes deixaram o Centro Cívico. A APP Sindicato, que representa os profissionais da rede estadual de ensino, informou que faria uma reunião ontem à noite para definir os rumos da paralisação que iniciou na última segunda-feira.

CONTINUA

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

CHORO E DESESPERO

O subsolo da Prefeitura virou um verdadeiro hospital de guerra. O primeiro atendimento aos feridos aconteceu no prédio da Prefeitura. O cenário era de muita gente chorando, desesperada e com medo. A estudante de Direito Isabel Cortes foi atingida por estilhaços de bomba e estava com a perna sangrando. Ela foi atendida na Prefeitura. Os feridos também foram atendidos em um centro médico improvisado no Tribunal de Justiça. Era possível ver pessoas desacordadas e sangrando. Um centro de educação infantil da prefeitura que atende 150 crianças de três meses a cinco anos no Centro Cívico chamou os pais para buscarem os filhos quando as bombas começaram a ser disparadas.

A fumaça do gás lacrimogênio atingiu o local e algumas crianças começaram a passar mal.

Em nota, o governo do Paraná disse lamentar "os atos de confronto, agressão e vandalismo" e que as reiteradas tentativas dos manifestantes de invadir a Assembleia Legislativa culminaram com a ação de defesa das forças policiais. Ainda de acordo com o governo, 13 pessoas foram detidas por envolvimento direto no ataque aos policiais. Essas pessoas seriam ligadas ao movimento black-bloc e está em curso uma investigação sobre a atuação delas durante a manifestação. Segundo o comandante geral da PM, coronel César Kogut, a ação de ontem contou com 1.600 policiais. Ele disse ainda que não houve falha da polícia. "A agressão partiu dos manifestantes que iriam romper a barreira. A nossa missão era cumprir a ordem judicial de não invadir a Assembleia", afirmou.

30 ABR 2015

FOLHA DE LONDRINA

MAZZA

30 ABR 2015

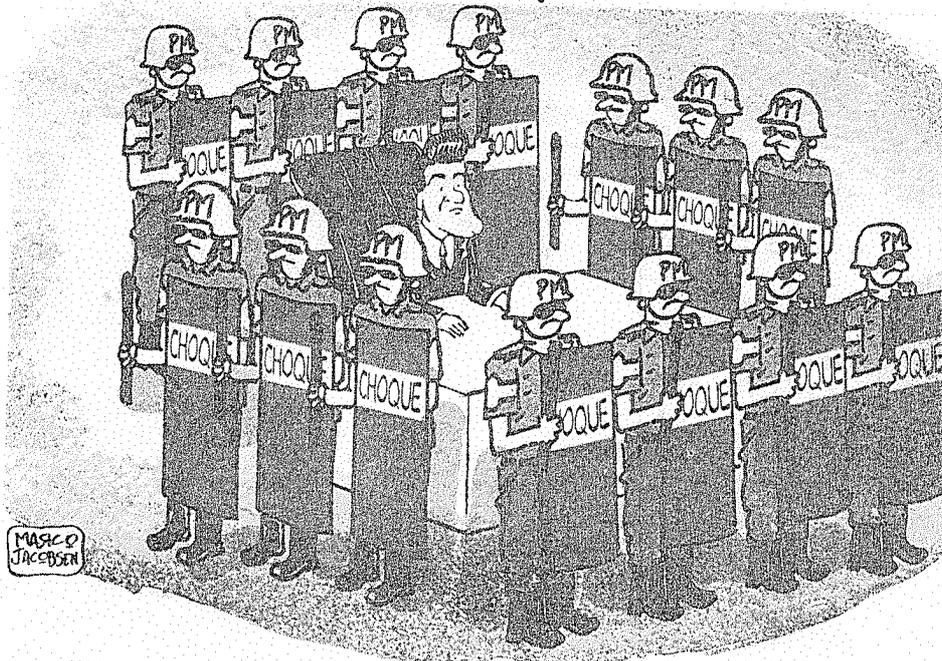
Um estado policial

Não apenas pelas lamentáveis ocorrências de ontem no Centro Cívico no choque entre milicianos e sindicalistas, e elas são precedidas dos dois jornalistas que precisaram exilar-se para escapar das coações, isso sem falar daqueles tiras e xerifes que queriam arrancar na marra a revelação das fontes das reportagens, o cenário era típico das ordens policiais da "Cortina de Ferro".

A velharia da comparação é pedagógica tanto lá como aí nas razões de Estado. Como no passado, os dirigentes de agora se valem da força para impor a sua vontade apoiada na maioria parlamentar cada vez mais aluída: o faccio, o feixe de varas do fascismo, se impunha como valor maior ao ponto de tirarem o caráter público das sessões parlamentares.

Evidente que tal aparato é uma caricatura já que essa mobilização tão forte da autoridade não é feita para prevenir e reprimir o crime, que aqui segue em ascensão estatística e incubado, inclusive, nas entranhas do governo com o rombo dos achaques a contribuintes em Londrina em conexão com a hierarquia fiscal da capital, segundo o Gaeco, desde 1995. A forma como se organizou a polícia só poderia dar em conflito ficando dominante a impressão de que a dissuasão menos bélica era incompatível com a predisposição para a violência com bombas de efeito moral, balas de borracha, spray de gás de pimenta, canhões d'água, cães adestrados. Os gazes atingiram uma instituição municipal de educação infantil ao lado do Palácio Araucária e afetaram as crianças que lá se encontravam. A parte subterrânea da prefeitura se transformou em improvisado pronto-socorro para atender cem feridos. Um clima de guerra.

ESTADO DE CHOQUE



MASAO JACOBSEN

30 ABR 2015

FOLHA DE LONDRINA Ex-vereador é preso acusado de estupro de vulnerável

Segundo delegado do Gaeco,
advogado Zaqueu Berbel mantinha
relações sexuais com uma menor
de 14 anos por mais de um ano



Alan Flore,
advogado do
Gaeco:
crimes de
exploração
sexual de
adolescentes
já provocaram
a prisão de
13 pessoas

Celso Felizardo
Reportagem Local

Londrina – O advogado e ex-vereador Zaqueu Berbeu, de 68 anos, foi preso pelo Grupo de Atuação Especial e Combate ao Crime Organizado (Gaeco) na tarde de ontem em Londrina. Berbel é acusado de estupro de vulnerável por manter relações sexuais, inicialmente, com uma menina menor de 14 anos. A existência de outras vítimas não está descartada. Ele foi preso na rua e encaminhado para a sede do Gaeco. Por ser advogado, foi conduzido para o Corpo de Bombeiros, onde cumprirá a prisão preventiva.

A prisão de Berbel é decorrente de investigações do esquema de exploração sexual de adolescentes que veio à tona em 13 de janeiro, quando o auditor fiscal Luiz Antônio de Souza foi preso em um conhecido motel da cidade na companhia de uma adolescente de 15 anos.

O delegado Alan Flore explicou que o crime de Berbel é considerado mais grave. “Dando continuidade às investigações acerca da exploração sexual de menores, foi instaurado novo inquérito policial, agora apurando um estupro de vulnerável, crime de maior gravidade que os outros que foram enquadrados como favorecimento à prostituição, com meninas maiores de 14 anos”, diferenciou.

Segundo Flore, o advogado mantinha relações com a garota há pelo menos dois anos por meio de programas sexuais. “Tivemos elementos suficientes para representar pela prisão preventiva”, disse o delegado. Flore não revelou mais detalhes para não atrapalhar as investigações. “Ainda têm algumas diligências pendentes que podem levar a outras vítimas”, justificou.

Berbel deixou a sede do Gaeco acompanhado dos advogados e não falou com a imprensa. Por telefone, o advogado do suspeito João dos

Santos Gomes Filho informou apenas que estava se inteirando do caso e disse que daria mais informações sobre a linha da defesa hoje. Zaqueu Berbel foi vereador em Londrina entre novembro de 2009 e fevereiro de 2010. O então suplente assumiu o posto deixado por Rodrigo Gouvêa, preso à época sob a acusação de manter uma funcionária ‘fantasma’ em seu gabinete. Desde janeiro, 13 pessoas foram presas por envolvimento com a prostituição de adolescentes. Mais de 20 jovens teriam sido aliciadas.

30 ABR 2015

FOLHA DE LONDRINA

STF decide que regras do Fies só valem para novos contratos

Beatriz Bulla
Agência Estado

Brasília – O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, concedeu liminar ontem autorizando que o governo exija o cumprimento das novas regras fixadas recentemente para a concessão de financiamento pelo Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) mesmo para estudantes que prestaram o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) em anos anteriores. Isso vale apenas para os novos contratos. Nos casos de renovação, Barroso proibiu a aplicação das exigências, para preservar o contrato já celebrado.

O Ministério da Educação (MEC) alterou, por meio de portaria editada em dezembro do ano passado, as regras para concessão do financiamento. O governo passou a exigir pontuação mínima de 450 pontos e nota de redação no Enem maior que zero.

O PSB questionou no Supremo a aplicação dos novos critérios para dois grupos de estudantes: os que já têm contrato de financiamento e devem renovar os termos neste ano e aqueles que desejam firmar um contrato a partir de 2015, mas com base em resultado do Enem de anos anteriores. O partido argumentava que estudantes que se submeteram ao Enem entre 2010 e 2014 precisarão refazer o exame caso a nota não atenda os novos requisitos, o

que traria um efeito “retroativo” para a portaria do ano passado. Para Barroso, as novas regras não devem ser aplicadas aos estudantes que pedem a renovação do financiamento “em respeito ao princípio da segurança jurídica”.

Uma praça de guerra

Confronto entre PM e servidores deixou um saldo de 233 feridos
— 213 manifestantes e 20 policiais

Josianne Ritz

Uma batalha campal tomou conta do Centro Cívico ontem à tarde. A Tropa de Choque da Polícia Militar não economizou bombas de gás lacrimogêneo e de efeito moral, além de balas de borracha. Segundo a Prefeitura, que virou uma espécie de hospital de guerra, 213 pessoas ficaram feridas na manifestação.

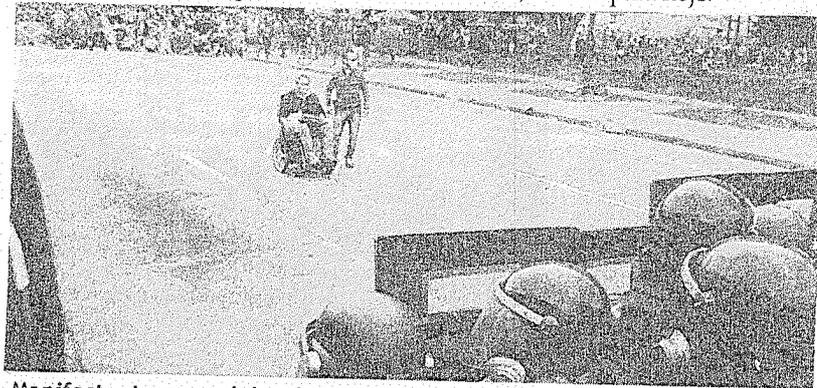
Destas, 150 foram atendidas em 12 ambulâncias. Outros 63 feridos foram encaminhados para Unidades de

Pronto Atendimento, o Hospital Cajuru recebeu 36 pacientes, e o Hospital do Trabalhador recebeu outros 7 feridos. Segundo o governo do estado, 20 policiais de um efetivo de 1.600 presentes, ficaram feridos e 13 pessoas foram presas, entre eles sete black blocs.

A confusão começou quando alguns manifestantes tentaram derrubar a cerca da Assembleia Legislativa, a exemplo do que aconteceu em fevereiro, quando os professores em greve invadiram a Casa Legislativa. Deste momento em diante, as bombas começaram. Quanto mais os servidores se aproximavam da Assembleia,

mais bombas, os PMs jogavam.

O acampamento dos servidores na Praça Nossa Senhora Salete foi destruído. O cenário era desolador. Mulheres, senhoras e mais novas, homens e até um cadeirante corriam a cada explosão. O clima só acalmou quando os senadores Gleisi Hoffmann (PT) e Roberto Requião (PMDB) discursaram e acalmaram a multidão. Foi quando os próprios líderes da manifestação pediram para os manifestantes não avançassem mais. O destino da greve dos professores, que começou na segunda, será definido em assembleia, que deve ser marcada para hoje.



Manifestante na cadeira de rodas na frente da barreira policial: ironia

ABUSO

MP e polícia abrem investigações

No início da noite, o comando da Polícia Militar (PM) definiu abertura de inquérito policial militar para apurar a conduta dos profissionais envolvidos no confronto com o acompanhamento do Ministério Público do Paraná. Mais cedo, o procurador-geral de Justiça, Gilberto Giacoia, já havia determinado a instauração de procedimento destinado a apurar responsabilidades por eventual excesso na repressão das manifestações públicas. A PM confirmou que 17 policiais foram presos ontem por se recusarem a participar do cerco aos professores que estavam nas proximidades da Assembleia Legislativa do Paraná (Alep). A Alep alegava ter recebido uma liminar da Justiça que garantia o veto a entrada de pessoas para acompanhar a votação. (JR)

Arquidiocese e OAB repudiam violência

Muitas instituições divulgaram ontem nota de repúdio à violência policial contra os manifestantes. Uma delas foi a Arquidiocese de Curitiba. "A violência, venha de onde vier, é sempre a pior alternativa: fere-se a liberdade, golpeia-se a dignidade da vida, esvazia-se o princípio democrático, as instituições desfiguram-se e os direitos perdem a sua

centralidade", diz a nota.

A Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Paraná (OAB-PR), emitiu nota no seu site, repudiando veementemente o uso de violência no confronto. "A Polícia Militar deve agir para garantir a integridade da população, não para executar o massacre que se presencia no momento", diz a nota. (JR)

30 ABR 2015

PARANÁ

Sabatina de Fachin no Senado é adiada

Diante de uma dúvida regimental, sessão é adiada por uma semana

O advogado Luiz Edson Fachin, indicado pela presidente Dilma Rousseff para vaga no Supremo Tribunal Federal, foi questionado ontem por senadores na primeira parte da análise da escolha de seu nome pela Casa. O senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) afirmou que Fachin continuou advogando enquanto ocupou cargo de procurador no Paraná, entre 1990 e 2006, o que é vetado pela Constituição daquele Estado.

O senador Álvaro Dias (PSDB-PR), que era governador do Paraná quando Fachin foi nomeado para o cargo, se atrapalhou na hora de defender o jurista e teve de ser ajudado por assessores. No fim, disse que a atuação de Fachin estava amparada por uma lei de 1985, anterior à promulgação da Constituição estadual em 1989.

O questionamento deu uma mostra da dificuldade que o jurista vai enfrentar para ser aprovado pela Casa. Apesar de o senador Álvaro Dias ter apresentado um parecer favorável a Fachin na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), parlamentares atuaram para pôr em dúvida a idoneidade do nome indicado pela presidente Dilma Rousseff.

Diante da dúvida levantada, o senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) apresentou um requerimento para que fosse feita uma audiência pública com autoridades do meio jurídico do Paraná para esclarecer as questões sobre o currículo de Luiz Edson Fachin.

Apesar de o pedido ter sido rejeitado pela maioria dos membros da CCJ, a oposição conseguiu adiar a realização da sabatina por uma semana, amparada numa questão regimental. Inicialmente marcada para a próxima quarta-feira, o escrutínio de Fachin deve ocorrer em 13 de maio. Depois, seu nome ainda tem de ser aprovado pelo plenário da Casa, em votação secreta.

Normalmente, a leitura do parecer elaborado pelo relator num processo de indicação de autoridades a cargos públicos é um trâmite meramente burocrático. O tom acalorado que marcou a sessão da CCJ de ontem, e que promete se repetir na sabatina, é mais um sinal da resistência demonstrada em relação ao nome de Fachin. O principal temor do governo é de que o desgaste da relação de Dilma com o Congresso coloque em risco a aprovação.

EMBAIXA



A Justiça Federal do Distrito Federal condenou a companhia aérea TAM a pagar R\$ 1 milhão em indenizações por danos morais a cerca de 80 mil passageiros prejudicados, em novembro de 2010, por atrasos e cancelamentos de voos. Os passageiros ainda receberão pelos danos materiais causados pelos atrasos.

30 ABR 2015

JORNAL DO ÔNIBUS

Juiz desbloqueia bens de Eike Batista

Magistrado determinou, porém, retenção de R\$ 162,6 milhões do empresário



O juiz Vitor Valpuesta, da 3ª Vara Federal Criminal do Rio, determinou o desbloqueio de todos os bens e ativos de Eike Batista, mantendo o bloqueio de R\$ 162,646 milhões do empresário. De acordo com a defesa do empresário, serão devolvidos os seis carros (dois deles importados), um piano, 16 relógios, R\$ 90 mil em dinheiro e mais o equivalente a R\$ 37 mil em outras moedas.

Também foram desbloqueados os bens e ativos da ex-mulher de Eike, Luma de Oliveira, dos dois filhos deles, Thor e Olin, e da atual mulher do empresário, Flávia Sampaio. O juiz também determinou a devolução de dois motores para lancha, um computador, uma escultura e outros objetos apreendidos pela PF.

Dentre os carros importados, um Lamborghini está avaliado em R\$ 2,8 milhões, e o Porsche Cayenne custa cerca de R\$ 700 mil. ■

O juiz também determinou a devolução de dois motores para lancha

2ª Turma concede habeas corpus a acusados de desvios na Petrobras

A Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal concedeu hoje habeas corpus (HC 127186) a nove réus acusados de envolvimento em um suposto esquema de desvio de recursos da Petrobras. Ricardo Pessoa, José Ricardo Nogueira Breghirolli, Agenor Franklin Magalhães Medeiros, Sérgio Cunha Mendes, Gerson de Melo Almada, Erton Medeiros Fonseca, João Ricardo Auler, José Aldemário Pinheiro Filho e Mateus Coutinho de Sá Oliveira terão direito a responder a processos em liberdade e terão a prisão preventiva substituída por medidas cautelares.

Os réus citados no voto do ministro relator, Teori Zavascki, passarão a ser monitorados por tornozeleira eletrônica, e devem se manter afastados da direção e administração de empresas envolvidas nas investigações.

Deverão ainda cumprir recolhimento domiciliar integral, comparecer em juízo quinzenalmente para informar e justificar atividades, ficarão obrigados a comparecer a todos os atos do processo, bem como estão proibidos de manter contato com demais investigados e de deixar o país. O descumprimento de qualquer dessas medidas acarretará o restabelecimento da prisão.

Em seu voto, o ministro Teori Zavascki citou os requisitos da prisão preventiva e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, segundo a qual o indício de existência de crime é argumento insuficiente para justificar, sozinho, a adoção da prisão preventiva.

Para o ministro, a prisão preventiva só deve ser mantida se ficar evidenciado que se trata do único modo de afastar esses riscos contra a garantia da ordem pública e econômica, a conveniência da instrução criminal e a segurança da aplicação da lei.

“Decretar ou não decretar a prisão preventiva não deve antecipar juízo de culpa ou de inocência, nem, portanto, pode ser visto como antecipação da reprimenda nem como gesto de impunidade.”

Segundo o relator, no entanto, a prisão preventiva não pode ser apenas justificada pela possibilidade de fuga dos envolvidos, sem indicação de atos concretos e específicos atribuídos a eles que demonstrem intenção de descumprir a lei.

O ministro citou que, no caso dos envolvidos no suposto esquema de desvio de recursos na Petrobras, há indícios da existência de graves crimes, como formação de cartel, corrupção ativa e lavagem dinheiro, e ressaltou a importância que teve a prisão preventiva na interrupção da prática desses crimes.

“Não se nega que a sociedade tem justificadas e sobradas razões para se indignar com notícias de cometimento de crimes como os aqui indicados e de esperar uma adequada resposta do Estado, no sentido de identificar e punir os responsáveis. Todavia, a sociedade saberá também compreender que a credibilidade das instituições, especialmente do Poder Judiciário, somente se fortalecerá na exata medida em que for capaz de manter o regime de estrito cumprimento da lei, seja na apuração e no julgamento desses graves delitos, seja na preservação dos princípios constitucionais da presunção de inocência, do direito à ampla defesa e ao devido processo legal, no âmbito dos quais se insere também o da vedação de prisões provisórias fora dos estritos casos autorizados pelo legislador”, sustentou o ministro.

30 ABR 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Suspensão julgamento de extradição de cineasta francês

Pedido de vista do ministro Luiz Fux suspendeu o julgamento, pela Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF), da Extradição (EXT 1244), requerida pelo governo da França contra o nacional francês Marc Alain François Gouyou-Beachamps. O extraditando, produtor-distribuidor de filmes na cidade do Rio de Janeiro, foi condenado pelo Tribunal de Relação de Paris à pena de 3 anos de prisão, pela prática dos crimes de transporte, posse, aquisição e exportação de entorpecentes.

A defesa solicitou a conversão da prisão preventiva – ocorrida em 9 de julho de 2013 – em domiciliar e destacou a gravidade do estado de saúde de seu cliente, submetido a tratamento de radioterapia e quimioterapia contra câncer de pulmão em fase evolutiva com metástase cerebral. Em 25 de julho do mesmo ano, a Presidência do Supremo determinou a substituição da prisão preventiva por medidas cautelares consistentes no uso de tornozeleiras eletrônicas, entrega de passaportes, proibição de ausentar-se do Estado do Rio de Janeiro sem autorização judicial, compromisso de comparecer semanalmente ao juízo da 1ª Vara Federal do Rio de Janeiro e de atender a todo e qualquer chamamento judicial.

No entanto, em 27 de julho de 2013, o 3º Juizado Especial Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro informou a existência de outro mandado de prisão – expedido em março de 2011 – contra o extraditando pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ) por delitos praticados no Brasil. Com base nisso, suspendeu o cumprimento do alvará de soltura. Em seguida, juízo de primeiro grau informou ao STF que não mais subsistia tal óbice, uma vez que a corte fluminense determinou o recolhimento do mandado de prisão e, por decisão da relatora, foram renovadas as medidas cautelares alternativas.

Os advogados ressaltam que o extraditando não veio para o Brasil fugido por ter praticado crime na França. Segundo eles, o cidadão francês é um cineasta famoso, referência no cinema nacional, produtor de filmes como “Cidade de Deus”, “Olga” e “Pequeno Dicionário Amoroso”. Acrescentam que Marc fixou residência no Brasil há 30 anos, tem filhos e dois enteados, porém, era dependente químico, o que prejudicou o seu problema de saúde.

30 ABR 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Aroldo Murá

EM APOIO A FACHIN



Luiz Roberto Barroso, ministro do STF; Sepúlveda Pertence; Carlos Mario da Silva Veloso, ex-presidente do STF

A Academia Brasileira de Direito Constitucional, por seus Membros Catedráticos, Fundadores e Diretoria enviou correspondência ao Senado, em que defende, com veemência, a indicação do jurista Luiz Fachin para compor o STF.

Um dos trechos da carta recolhe recente manifestação do jurista paranaense, em que, em poucas palavras se auto define:

EM APOIO A FACHIN (2)

“Não sou integrante da política. Sou somente um professor que há três décadas se pauta pela vocação do diálogo comprometido com o seu tempo; apenas um advogado movido pela paixão pelo Direito naquilo que se fundamenta na liberdade e

na responsabilidade; tão só um membro da comunidade acadêmica que, sob o sereno da vida forense, julga essencial o esmero da técnica jurídica esmerada. Que trabalha na construção de um País e que não compactua com o arbítrio, com a falta de liberdade, com a censura, com a deslealdade ou com a corrupção”.

EM APOIO A FACHIN (3)

A extensa carta da Academia aos senadores expõe também parte da biografia de Luiz Fachin, sua participação na academia, no Brasil, e em universidades no exterior, como Alemanha, Canadá e Portugal, além de mostrá-lo como referência em pesquisas jurídicas.

Quem assina o documento da Acade-

mia tem grande peso na vida do país.

Dentre outros:

FLÁVIO PANSIERI, ILTON NORBERTO ROBL, MARCO AURÉLIO MARRAFON

Membros Catedráticos:

JOSÉ AFONSO DA SILVA, IVES GANDRA DA SILVA MARTINS, PAULO BONAVIDES, LENIO STRECK, PAULO DE BARROS DE CARVALHO, RENÉ ARIEL DOTTI, ALDACY RACHID COUTINHO, MARÇAL JUSTEN FILHO, DALMO DE ABREU DALLARI, LUIS ROBERTO BARROSO, LUIZ ALBERTO DAVID ARAUJO, JACINTO NELSON DE MIRANDA, CARLOS MARIO DA SILVA VELOSO, CLÊMERTON MERLIN CLÉVE, SEPULVEDA PERTENCE.